

MANOEL BOMFIM, RACISMO E INTELCTUALIDADE NO BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Vinicius Carlos da Silva
Mestrando em História - UNESP/ASSIS
São Paulo/São Paulo - Brasil
viniciuscasilva@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho almeja abordar as críticas de Manoel Bomfim as teorias raciais que se desenvolveram no Brasil no final do século XIX e se estenderam até o início do XX. Nesse período, muitos autores nacionais renomados como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Silvio Romero, para citarmos apenas alguns, escreveram sob a influência de ideias racistas vindas do exterior e, em seus trabalhos, é nítido o tom pejorativo atribuído as supostas características inatas dos negros e mestiços, tais como imoralidade, sexualidade, etc. Bomfim, médico de formação, cuja maior parte de sua atuação se deu como pedagogo, realizou estudos sobre psicologia e antropologia na França no início da centúria passada, período no qual tais pressupostos já vinham sofrendo diversas críticas. Ao retornar ao Brasil, Bomfim publicou sua principal obra *A América Latina – males de origem* (1905), na qual defendia que nossas elites escreviam sob forte influência estrangeira, através de um viés incapaz de abordar as especificidades da formação nacional brasileira, deturpado pelos interesses dos países imperialistas. Assim, este pequeno ensaio visa analisar as críticas tecidas por Manoel Bomfim às teorias raciais e suas supostas bases científicas, bem como à intelectualidade brasileira do período que defendia tais pressupostos.

Palavras chave: Séculos XIX e XX, América Latina, Manoel Bomfim, teses raciais, pensamento racial.

Abstract:

This paper aims to address Manoel Bomfim's critics about the racial theories that have developed in Brazil in the late nineteenth century and lasted until the early twentieth. During this period, many renowned national authors such as Euclides da Cunha, Nina Rodrigues and Silvio Romero, to name just a few, had written under the influence of racist ideas that came from abroad and, in their works, it is clear the pejorative tone attributed the supposed characteristics innate of blacks and mestizos, such as immorality, sexuality, etc.

Bomfim, medical training, most of which his performance was given as a pedagogue, conducted studies on psychology and anthropology in France at the beginning of last century, a period in which these assumptions were already suffering some criticism. Upon returning to Brazil, Bomfim published his major work *A América Latina – males de origem* (1905), which argued that our elites wrote under strong foreign influence,

through a bias unable to address the specificities of Brazilian national formation, misrepresented the interests the imperialist countries. Thus, this short essay is to analyze the criticisms made by Manoel Bomfim to racial theories and their supposed scientific basis as well as the Brazilian intellectuals of the period who advocated such assumptions.

Key-words: Nineteenth and twentieth centuries XIX and XX, Latin America, Manoel Bomfim, racial theories, racial thinking.

O Brasil do século XIX: A era da ciência

O Brasil, no século XIX, passou por uma série de mudanças que, em um curto período histórico, alterou a forma como os brasileiros se viam, e, também, como lidavam com questões até pouco tempo impensadas, ou mesmo subestimadas. Uma dessas questões foi a questão racial, que ganhou força no final do XIX e se estendeu até o início do século XX.

Após diversos eventos históricos importantes como a proibição do tráfico negreiro através da lei Eusébio de Queirós de 1850; o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870); a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871; a Abolição da escravatura, no ano de 1888; e, em especial, a instauração da República em 1889, antigos posicionamentos tiveram que ser revistos e novos questionamentos surgiram com mais força, impulsionados pelo novo modelo político nascente.

Pode-se afirmar que anteriormente a estes eventos, as elites nacionais davam pouca atenção à “raça” e a constituição física e hereditária dos indivíduos que habitavam o Brasil, ou seja, de nosso povo. Esses questionamentos estavam inseridos no cerne do que se debatia sobre a Abolição e as reformas ocorridas neste âmbito desde 1850. Entretanto, por poucas vezes esses problemas e essas instituições se mostraram como fenômenos sociais. Por este motivo, tais discussões acabaram rebaixadas a um nível inferior nas questões tidas como nacionais e só vieram a incomodar nossos intelectuais durante a transição da Monarquia para a República.

Se a questão racial quase passou despercebida ao longo de todo o século XIX, esta começou a ser discutida quando se percebeu que uma solução meramente política seria insuficiente para resolver o problema do lugar social ocupado pelos ex-escravos na sociedade pós-abolição. Muitos dos que advogavam em prol da causa republicana se

atentaram apenas para o viés políticos e um grande exemplo disso foi a falta de propostas consistentes em torno da inserção do ex-escravo na sociedade republicana brasileira.

Após a proclamação da república, a questão racial adquiriu gradativamente um grau de importância mais elevado, à medida que começava no Brasil o processo republicano de construção dos modelos que determinariam a identidade nacional. Tais modelos seguiam os ideais dos países ditos desenvolvidos do ocidente: modernidade, progresso e civilização, onde alcançá-los demandaria ainda mais um fator, a cientificidade.

A partir de então se iniciam os acirrados debates intelectuais através da imprensa e da publicação de livros. Muitos foram os membros da elite nacional, provindos de diversas áreas e instituições, que se propuseram a pensar a nação republicana, sua formação e seus rumos através de caracteres raciais. Neste ínterim, surgiram pensadores como o engenheiro e militar Euclides da Cunha, o advogado Silvio Romero, o médico Nina Rodrigues, dentre outros.

Para respaldar suas convicções, os membros da *intelligentsia* brasileira se utilizaram o suposto “cientificismo”, tão bem quisto na época uma vez que era entendido como sinônimo de “progresso”. Através de modelos de análises provindos do exterior, como o darwinismo social e o evolucionismo, os membros da nossa elite teceram pareceres sobre a formação étnica do Brasil e a identidade da nossa nação. Seus escritos, comodamente flexíveis, uniam, por muitas vezes, pareceres divergentes entre si, na busca pelo que constituiria o povo brasileiro e quais seriamos fatores que determinavam o atraso do Brasil frente aos outros países ocidentais tidos por desenvolvidos.

Após meados do XIX, a ciência passou a ganhar maior destaque e independência e, justamente por esse fator, surgiram as especializações nas diversas áreas do conhecimento humano. Não havia mais espaço para trabalhos de mera descrição, necessitando-se analisar e comprovar “cientificamente” as convicções defendidas. Assim, as ciências, tanto naturais quanto sociais, passaram a reformular suas antigas concepções. Contudo, devido a formação recente das instituições acadêmicas nacionais e a tradição das nossas elites de serem formadas no exterior, foram utilizados estudos provindos de autores estrangeiros, em especial de intelectuais europeus, que por muitas vezes já estavam ultrapassados e até mesmo criticados em seus lugares de origem, como nos casos dos escritos de Le Play e Taine. Essa discrepância entre teoria e realidade não se apresentou como um problema, uma vez que mais importante que o método utilizado, era

manter e ostentar certa “ética científica” que garantiria a qualidade dos resultados obtidos, revestindo de ciência preceitos profundamente racistas.

A conclusão a que chegaram estes intelectuais era de que a justificativa para nosso atraso social provinha da mistura de raças dos diferentes grupos étnicos no país, onde negros e indígenas contaminaram os caracteres benéficos dos povos brancos (portugueses) que aqui se instalaram ao longo dos séculos desde o descobrimento. Esses pareceres, profundamente racistas, foram justificados através de um prisma “científico”, no momento mesmo em que a ciência se tornou assunto comum entre os homens cultos da virada do século.

Realidades raciais após a abolição e modelos utilizados

No Brasil os modelos evolucionistas e social-darwinistas foram os que encontraram terreno mais fértil para seu desenvolvimento, uma vez que pregavam o progresso dos povos e das nações como norte a ser alcançado. Contudo, ao mesmo tempo em que continham certos aspectos que se encaixavam melhor à situação social brasileira, tais linhas ainda refletiam pareceres muito rígidos, uma vez eu haviam sido escritas no exterior, tendo como objeto realidades sociais completamente distintas das nossas. Essa discrepância gerou alguns pontos incômodos que foram sabiamente flexibilizados nas conclusões da *intelligentsia* nacional, ao ponto de darem sentido a seus pareceres que se tornaram alicerces quanto à auto representação das elites enquanto nação no período.¹

Após obterem liberdade, os ex-escravos aderiram à estrutura social vigente no Brasil, caracterizada por uma herança paternalista e multirracial de longa data. Os libertos logo aprenderam a se submeter a seus empregadores, quando conseguiam se inserir em

¹ Dentre os intelectuais que se dedicaram ao estudo da absorção e do desenvolvimento das ideias no Brasil, grande parte afirmou ter ocorrido um uso acrítico das correntes filosóficas internacionais, principalmente europeias, por parte da elite nacional. Um exemplo claro da forma como esses autores interpretam a maneira pela qual as correntes filosóficas foram absorvidas no território nacional está contido na obra *História da literatura brasileira* (1938) de Nelson Werneck Sodré, nela o autor afirma: “onde existe imitação formal, não pode existir originalidade nem autonomia” (SODRE, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Difel, 1982, p.357). Essa visão também é corroborada por Dante Moreira Leite: “as teorias raciais aqui empregadas seriam um reflexo das doutrinas utilizadas pelos ideólogos do imperialismo, justificando o domínio europeu sobre os demais povos” (LEITE apud SCHWARCZ, SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 15). Ver também LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 204.

algum trabalho remunerado. Como se não bastasse, aprenderam também que estavam à baixo dos indivíduos brancos mesmo daqueles que não possuíam muitas rendas, encontrando-se no último estágio da estratificação social brasileira.

Skidmore afirma que existia um complexo sistema racial no Brasil, onde o poder estava concentrado com os proprietários de terras brancos e de alguns mulatos claros; para ele:

O meio milhão de escravos libertados em 1888 ingressou, assim, num estrutura complexa, que já incluía homens livres de cor (de todas as tonalidades). A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. [...] A soma total das características físicas (o fenótipo) era o fator determinante, embora a aplicação pudesse variar de região para região, conforme a área e o observador².

Tal sistema de classificação racial divergiu, e muito, de outros modelos mais rígidos, como, por exemplo, o estadunidense da década de 90 do século XIX, que era baseado na endogamia étnica severa, que determinava a negritude através de relações genealógicas e da “regra de ascendência”, onde os antepassados contam mais que a aparência física do indivíduo. Diferindo deste tipo biracial, o modelo brasileiro se apresentava como multirracial e pluralista, fato que abriu margem para que os modelos importados fossem aqui flexibilizados.

Tendo em vista que a produção teórica republicana foi marcada pela pretensão de cindir com o período anterior, utilizando-se para tanto do cientificismo, constata-se que surgiram várias correntes de pensamento que se utilizavam de caracteres raciais para analisar as populações existentes em todo o território nacional, sendo que predominaram três: o evolucionismo de Spencer, o positivismo de Comte e o darwinismo social. Em comum, essas linhas visavam explicar a evolução histórica dos povos rumo à civilização, impactando fortemente nos escritos de dois autores em especial: Nina Rodrigues e Euclides da Cunha.

Dessas linhas, o evolucionismo buscava encontrar um ponto em comum das diferentes sociedades humanas ao longo de suas existências históricas. Partindo de uma forma linear rígida, pregava que existiam estágios de desenvolvimento entre os diferentes

² SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.55.

povos, onde os primitivos (simples) evoluíam naturalmente rumo ao encontro dos mais evoluídos (complexos), buscando-se estabelecer quais as leis que determinariam o progresso das civilizações.

Entretanto, a importação de teorias elaboradas em países estrangeiros não deixava de colocar problemas ao se tentar usá-las como modelos explicativos de uma realidade social completamente discrepante como a brasileira, uma vez que:

Aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus. Torna-se necessário, por isso, explicar o “atraso” brasileiro e apontar para um futuro próximo, ou remoto, a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, isto é, como nação.³

Nossos intelectuais utilizaram-se, então, da união dos argumentos de meio e raça a fim de explicar a formação da nossa nação. Essa tentativa de construção de identidade (s) brasileira (s), de viés republicano, era baseada negação da explicação anterior, neste caso do romantismo, que entrou em decadência por volta de fins do século XIX, e acabou sendo relacionado com a monarquia pelos republicanos. Evidencia-se com clareza que, para além da defasagem existente entre tais teorias e a excepcionalidade da realidade brasileira, havia uma preocupação maior por parte dos autores nacionais em adotar os modelos teóricos europeus, que supostamente conteriam em si a cientificidade tão almejada pelos teóricos brasileiros.

O meio geográfico e a “raça” ditavam as influências tanto positivas como negativas dos povos. Um importante exemplo da produção intelectual deste período é *Os Sertões*, Euclides da Cunha, obra na qual o autor tece longas considerações nas quais se pode perceber dimensão da importância do meio para seus contemporâneos.⁴ O ambiente é descrito meticulosamente a fim de não se deixar escapar nenhum pormenor. Partindo do pressuposto de que a história era mestra da vida, Cunha evidenciava a luta pela sobrevivência, afirmando ocorrer à sobrevivência do mais forte também no âmbito social, daquele que melhor se adaptasse as condições do meio geográfico ao qual vivia. O autor cria então um processo de naturalização da história, para ele, uma disciplina necessária para o entendimento da formação da nação, à medida que, somente através dela, poder-

³ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.15.

⁴ CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010. P. 11-132.

se-ia estabelecer os elementos históricos ocorridos no Brasil e, assim, colocá-lo nos rumos da “civilização”.

Os mesmos caracteres foram utilizados pelo médico Nina Rodrigues. Referência em medicina legal e precursor da antropologia no Brasil,⁵ Rodrigues detinha-se em situar o Brasil em uma posição de destaque frente aos países tidos por civilizados, através da amenização dos conflitos internos gerados devido à coexistência de diferentes tipos étnicos no país. Seu enfoque eram os principais grupos étnicos africanos que aqui adentraram. Ao estudá-los, buscou mapear os fatores que considerava positivos e negativos nestes grupos, tais como falta de força psíquica, religiosidade “fetichista” de cada etnia com o intuito de estabelecer o modo pelo qual cada grupo negro interferiu na formação social brasileira, partindo da crítica da concepção espiritualista dos povos, “inviável” frente aos novos conhecimentos “científicos” da época.⁶ Chegou a conclusão de que existiriam diferenças inerentes entre as raças humanas, em que mestiça seria a “genuinamente brasileira”, predominante no processo de cruzamento das três grandes raças: a branca, a negra e a indígena.

A ideia da miscigenação positiva, capaz de sanar os problemas provindos da herança nos legada pelas raças inferiores, é muito forte para Nina Rodrigues. Mais interessante ainda é que para este autor a influência mais maligna era dos tipos indígenas, uma vez que esta ser caracterizava por ser refratária aos ideais civilizados, haja vista que os negros teriam alcançado algum grau de civilidade.⁷ Não se esqueceu, todavia, de considerar o meio geográfico. Afirmava que as características psíquicas do homem se mesclavam às características do meio, criando-se assim certa relação de dependência, fato que podemos observar nos trabalhos desse autor sobre o direito penal brasileiro.⁸

Esses dois exemplos demonstram muito bem as características do evolucionismo brasileiro, que agregava a seu modelo de interpretação os elementos raciais e climáticos. De maneira determinista e linear, a história brasileira poderia ser analisada, e o futuro da nação assegurado através do conhecimento científico, dos componentes da natureza e da raça das diferentes populações que compunham a nação brasileira. Ortiz destaca que:

⁵ CORREA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

⁶ RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 62.

⁷ Ibid., p. 32.

⁸ Id. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 28.

[...] meio e raça se constituíam em categorias de conhecimento que definiam o quadro interpretativo da sociedade brasileira. A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chega-se, desta forma, a considerar o meio como o principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues).⁹

Tais pressupostos indicam a preocupação da intelectualidade nacional com os fatores que eram específicos da nossa sociedade. O Brasil não podia, e talvez nem mesmo pretendesse ser uma cópia integral da Europa: era sim um país em busca de sua nacionalidade inspirada nos modelos europeus. O “ser brasileiro” era influenciado pelo lugar geográfico ao qual o indivíduo ou as populações estavam inseridos, bem como pela sua descendência étnica, divergindo da geografia europeia e da maior homogeneidade daquelas populações. A problemática étnica da constituição do povo genuinamente brasileiro era a questão máxima a ser tratada.

O caminho encontrado pelos forjadores da nacionalidade republicana foi criar um tipo notoriamente brasileiro: o mestiço. Por definição, o mestiço seria aquele indivíduo que provinha da mistura das três grandes raças que estiveram no Brasil historicamente, a branca (português), a negra (africana) e a indígena (aborígenes). Tal criação serviu de base para o que ficou conhecido posteriormente como democracia racial, que teve na figura de Gilberto Freyre seu grande difusor na década de 30 do século XX, ao abordar a questão da formação da população brasileira através de um viés culturalista. Freyre afirmava existir uma harmonia entre as raças no Brasil, uma coexistência e proveitosa, característica mais importante da excepcionalidade social brasileira. Esse foi um dos pensamentos mais difundidos posteriormente no país, ao ponto de ser um dos maiores empecilhos na busca de direitos dos negros, em especial quanto ao racismo, uma vez que preconiza a inexistência de discriminações de cunho racial em terras brasileiras.

Manoel Bomfim: um contraponto importante

⁹ ORTIZ, op. cit., p.16.

Enquanto na virada do XIX para o XX, parte predominante da nossa intelectualidade preocupava-se em encontrar qual seria o tipo racial forjador do povo brasileiro, através da literatura e das bases científicas da época, alguns pensadores chegaram a questionar tais pressupostos, sendo um deles Manoel Bomfim.¹⁰

As convicções de Bomfim quanto à própria forma de se “fazer ciência” eram bem particulares. Na contramão do que era comumente aceito no período, que pregava um cientificismo garantido através da imparcialidade e distanciamento entre o pesquisador e o objeto, Bomfim refutava tais considerações e pregava justamente o contrário logo na nota introdutória de *A América Latina*:

Vem aqui a exposição de uma teoria, construída com os fatos e as deduções como no-los apresenta a ciência; a linguagem geral do livro, porém, certos comentários, parecerão descabidos ou impróprios a uma demonstração que assim se fundamente. Seria preciso, acreditam certos críticos, uma forma impassível, fria e impessoal; para tais gentes, todo o argumento perde o caráter científico sem esse verniz de impassibilidade; em compensação, bastaria afetar imparcialidade para ter direito a ser proclamado – rigorosamente científico. Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exige da pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica. Demais, é bem fácil a cada leitor julgar por si do valor dessas demonstrações, e da lógica das conclusões; elas se fundamentam em fatos universalmente reconhecidos. Toda doutrina que se apóia sobre a observação e a teologia, e se acorda com as leis gerais do universo, deve ser tida como verdadeira até prova do contrário. A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, traduz a sinceridade com que essas coisas foram pensadas e escritas.¹¹

Esta obra foi iniciada por Bomfim entre os anos de 1902 e 1903 enquanto este estudava psicologia experimental na França na renomada universidade Sorbonne, tendo

¹⁰ Manoel Bomfim nasceu em Aracaju, no dia 08 de agosto de 1868. Sua família não possuía muitas posses inicialmente, mas seu pai, Paulino José, vaqueiro, após juntar algum dinheiro adquiriu um pequeno comércio e, posteriormente um engenho no local, que rendeu certa ascensão social à família. Essa melhoria social possibilitou a Bomfim ingressar na Faculdade de Medicina na Bahia em 1886, tendo saído de lá após dois anos. No entanto, não foi a medicina sua grande área de atuação e sim a pedagogia. Lecionou na Escola Normal do Rio de Janeiro e, posteriormente, esteve à frente da instituição de ensino *Pedagogium* durante muitos anos. Entre o ofício médico e as aulas ministradas, Bomfim também se dedicou a uma série de estudos nas mais diversas áreas: psicologia, história, sociologia, dentre outras, que lhe possibilitaram traçar um panorama do Brasil de uma maneira muito distinta. Seu falecimento ocorreu no dia 21 de abril de 1932, na cidade do Rio de Janeiro, local onde se deu a maior parte de sua atuação profissional.

¹¹ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 36.

sido aluno de pesquisadores renomados da área como Alfredo Binet e George Dumas.¹² Em Paris, observou a imagem dos países da América Latina no exterior, assunto recorrente nos jornais europeus da época. Para os estrangeiros, a América Latina era composta de populações de “mestiços degenerados”, “povos bárbaros”, “bulhentos”, não merecedores de suas terras “riquíssimas e vastas”. Ainda que em algumas matérias se detivessem sobre um país em especial, era nítido que para os europeus tais países formavam um único grande bloco, sem nenhuma especificidade de grande relevância.

Esta forma generalista de interpretação foi duramente criticada por Bomfim:

Não aparecem, é verdade, nenhuns desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das *repúblicas latino-americanas*, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias. A ouvi-los, não há salvação possível para tais nacionalidades. É, esta, uma opinião profundamente, absolutamente arraigada no ânimo mesmo dos governos, sociólogos e economistas europeus (grifo do autor).¹³

Para ele, destacava-se o caráter determinista das análises europeias quanto ao futuro dos países latino-americanos, um pessimismo que mostrava toda a sua força através das teorias raciais, muito em voga na época, utilizadas abundantemente durante o período republicano brasileiro. Sobre essas, Bomfim destacava que:

Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças, em si – a sua capacidade progressista: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das *raças inferiores*. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes.¹⁴

Seus estudos sobre psicologia experimental fomentavam suas bases para analisar a herança social dos grupos que constituíam o povo brasileiro, ao mesmo tempo em que tecia críticas à suposta inferioridade hereditária dos indivíduos. Para ele uma

¹² Além de ser referência na pedagogia, Manoel Bomfim também é muito citado na história da psicologia do Brasil. Por ter vivido na Europa por anos, Bomfim pôde escrever análises pioneiras sobre psicologia que anteciparam os pensamentos de renomados psicólogos como Vigotski e Piaget, que apenas tiveram suas obras publicadas posteriormente.

¹³ *Ibid.*, p. 38.

¹⁴ *Ibid.*, p. 243.

possível herança psicológica dos diferentes grupos étnicos não poderia ainda ser mensurada, pois nem ao menos existia o campo de pesquisa para tal análise, área que denominou de “psicologia etnográfica”.¹⁵ Afirmava em contrapartida que o atraso dos países periféricos provinha do parasitismo imperialista das potências mundiais e da maneira como se deu a colonização nesses países.¹⁶

Desta maneira, Bomfim tecia uma profunda crítica à intelectualidade brasileira e a forma como essa entendia e fazia sua ciência no período. Os apontamentos do autor convergem para a afirmação de que, no Brasil, as análises acadêmicas eram desprovidas de rígidos alicerces científicos, uma vez que estas eram baseadas apenas na leitura de livros vindos do exterior, em descompasso com a nossa realidade. Vale ainda ressaltar que Bomfim vai mais além ao demonstrar sua preocupação não só com o uso destas ideias pelas elites nacionais, mas também com o seu lugar social de origem, ou seja, nas potências imperialistas da época.

As críticas de Bomfim não passaram batidas. Dois autores comentaram sobre *América Latina* no periódico *Os Annaes*,¹⁷ ainda pouco estudado:¹⁸ Nestor Victor¹⁹ e Nunes Vidal,²⁰ ressaltando erros e acertos da obra. Outras críticas surgiram em *O Paiz* e na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.²¹ Entrementes, a maior repercussão deste trabalho de Bomfim ficou a cargo de Sílvio Romero, que escreveu uma série de artigos atacando o livro também em *Os Annaes*. Estes por sua vez foram compilados

¹⁵ BOMFIM, op. cit., p. 157.

¹⁶ *Ibid.*, p. 58.

¹⁷ Optou-se aqui por manter a grafia original do periódico devido a dificuldade inicial em se localizar a referida fonte. *Os Annaes – semanario de litteratura, arte, sciencia e industria* circulou semanalmente na cidade do Rio de Janeiro de 08/10/1904 a 11/10/1906. Sob direção de seu idealizador, Domingos Olímpio Braga Cavalcanti. Os exemplares físicos de *Os Annaes* encontram-se na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, indisponíveis ao público devido a seu estado atual de conservação. No entanto, é possível ter acesso online e até mesmo fazer o download de todos os 102 exemplares do periódico com ótima resolução no sítio da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP) através do link: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/6/search?filter=Os+Annaes&search=Buscar&filtertype=* &submit_search-filter-controls_add=Buscar. Acesso em: 14 de julho de 2016.

¹⁸ Uma dissertação de mestrado sobre este periódico está sendo por nós elaborada e será defendida em agosto de 2017.

¹⁹ *Os Annaes*. Rio de Janeiro, ano II, nº 51, p. 04; 1905.

²⁰ *Os Annaes*. Rio de Janeiro, ano III, nº 81, p. 13; 1906.

²¹ OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira. **Além da tempestade: identidades latino-americanas e projetos políticos no Brasil no início do século XX**. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2015, p. 78-84.

posteriormente em um livro cujo título era extremamente provocativo²² e se assemelhava muito a outra obra deste mesmo autor na qual Romero refutava as ideias de Teófilo Braga,²³ mantendo suas principais características.²⁴

Domingos Olímpio concedeu espaço em seu empreendimento para que Bomfim pudesse responder. Todavia, este apenas enviou uma pequena carta ao diretor de *Os Annaes* que chegou ao conhecimento do público ao ser publicada. Nela, Bomfim escrevia que não perderia tempo nem energias com as críticas de Romero, em suas palavras “um homem cuja insensatez mais se accentúa com a velhice, e cujos despeitos invejosos crescem na medida do justo desconceito em que o tem o publico letrado daqui”.²⁵ Silvio Romero, não contente, escreveu também uma carta à redação de *Os Annaes*²⁶ cujo conteúdo foi modificado e publicado alguns anos depois.²⁷ Apenas um ano antes, Romero já havia citado Manoel Bomfim pejorativamente em um de suas obras não muito conhecidas.²⁸

A crítica ao racismo e a forma de se fazer ciência no Brasil esteve presente no pensamento deste autor em diversos momentos, ao longo de toda a sua vida e obra. De maneira ácida, em um livro de seus últimos dias, Bomfim criticava a *intelligentsia* nacional, suas ideias e decisões políticas, como nos incentivos à imigração:

No vazio da inteligência, com grosseria das inspirações, incapazes de correspondência com a realidade, prontos para explorar o que a força e a riqueza material oferecem, os nossos dirigentes são prontos, igualmente, em aceitar quantos conceitos e juízos lhes dêem as suas curtas leituras, desde que se acordem à insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos que os caracterizam. Assim se explica o empenho com que apelam para a imigração, o valor que lhe dão, as estultices que repelem, quanto à significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, argüidos pela falsa

²² ROMERO, Silvio. *A America Latina*: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Livraria Chardron, 1906, p. 11.

²³ Id. *A pátria portuguesa*: o território e a raça. Lisboa: A.M. Teixeira & C.ta, 1905.

²⁴ Em termos gerais, o pensamento de Romero diverge em partes de outros autores que também enxergavam a questão racial como um problema a ser combatido, como Nina Rodrigues, por exemplo. Apesar de compartilhar com este da existência de três raças humanas distintas, as enxergava de maneira mais conciliadora, em especial com relação aos indígenas. Sua metodologia se baseava no estudo da literatura brasileira, seria dividida em quatro períodos distintos tendo em vista que era através da literatura que se poderia analisar os segmentos da inteligência dos povos.

²⁵ BOMFIM, Manoel. Uma carta: A propósito da critica do sr. Sylvio Roméro ao livro America Latina IN: *Os Annaes*. Ano III, n.74, 1906. p.169-170.

²⁶ ROMERO, Silvio. A propósito da carta do nosso collaborador o sr. Manoel Bomfim, publicada 110 num. 4, anno III, dos Annaes. IN: *Os Annaes*. Ano III, n.77, 1906. p.210-213.

²⁷ Id. *Provocações e debates*. Rio de Janeiro: Chardron, 1910.

²⁸ Id. *Zeverissimações ineptas da crítica*, Porto: Comércio do Porto, 1909, p. 37.

ciência, a serviço do colonialismo, contra os fracos excravizados de ontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças.²⁹

Bomfim não era muito afeito as discussões do campo intelectual, podendo ser considerado mais um homem de ação. Dedicou grande parte de suas publicações e atividades à educação, em especial à infantil. Foi um dos fundadores da revista *O Tico-tico*, ao lado de Renato de Castro e Luís Bartolomeu, cuja atividade continuou até mesmo após a sua morte, tendo circulado durante cinquenta anos (1905-1955). Essa criação é de extrema importância uma vez que coaduna com as ideias de Bomfim. É interessante notar a representação dos negros nesse periódico, suas atitudes e comportamentos. Apresentados sempre como personagens coloridos com forte tinta preta, com lábios grossos em destaque, não há na revista mescla de etnias nas personagens. São rígidos tanto os contrastes étnicos quanto os traços comportamentais entre brancos e negros, com valorização desse último grupo. Por muitas vezes nas tirinhas, os negros conseguem encontrar soluções engraçadas e criativas em situações nas quais eles são vítimas de preconceito racial. Há ainda uma valorização das diferenças culturais entre as mais diversas etnias, cujas características culturais são reafirmadas positivamente através de historinhas.³⁰

A questão racial esteve presente em outras obras de Manoel Bomfim, e se contrapôs a outros intelectuais, como Euclides da Cunha, tanto em termos raciais quanto históricos. Cunha advogava pela ideia da existência de três raças fundamentais, enxergando a miscigenação com ressalvas, por não acreditar na existência nenhuma raça genuinamente pura no Brasil, devido a um longo processo de mestiçagem que teria descaracterizado qualquer tipo puro etnicamente que tenha adentrado no Brasil.³¹ As condições históricas nacionais e as particularidades geográficas de cada região do Brasil proporcionaram sub-cruzamentos raciais, que a cada nova combinação produziam um tipo diferente de indivíduo no qual as características étnicas de seus pais já estavam muito modificadas para serem mensuradas.

²⁹ BOMFIM, Manoel. **Brazil na nação**: realidade da soberania brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 478.

³⁰ REVISTA O TICO-TICO – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível também na versão digital em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153079&pesq=>. Acesso em: 12/07/2016.

³¹ CUNHA, op. cit., p. 75-6.

A interpretação da história brasileira para Cunha diverge e muito da de Bomfim. Este trabalhou essa questão na trilogia *O Brasil Nação* (1931), o *Brasil na América* (1929) e o *Brasil na História* (1930), produzidos e publicados já na fase madura de Bomfim. Neles se encontram as interpretações do autor a cerca do que para ele eram os reais motivos do atraso nacional: a exploração metropolitana portuguesa e suas profundas marcas deixadas no Brasil, como por exemplo, a fraqueza de nossas instituições políticas.³² Em o *Brasil na História*, Bomfim reconhece o prestígio intelectual de Cunha; todavia, para ele este teria usado de seus dons como escritor para recapitular a história bragantina até relacioná-la com a unidade nacional.³³ Para Bomfim, a história:

[...] nos responde (...) no critério de quem a faz, pois que, de fato, cada grupo vê e compreende a civilização de si para si, e deturpa os apreços gerais, como nas consciências se deturpa a noção de próprio valor pessoal (...) E aí está – a escolha, que é tudo. Verificadas as condições em que se faz a história para o uso universal, cabe a cada povo defender a própria história, num esforço que deve ser proporcional ao valor aparente das histórias deturpadoras.³⁴

Bomfim entendia que a nossa verdadeira tradição era deturpada por nossos intelectuais, em especial quando estes abordavam a nossa história, nosso povo e nossas tradições.

Vimos as nossas tradições desnaturadas, os seus heroísmos infamados, falseada a essência da sua história (...) Inimigos, não caluniaram a Nação Brasileira como fizeram os seus historiadores, repetidos nos políticos. Em suas obras, confusas e opacas, desaparecem as qualidades características do povo, qualidades propositadamente escondidas, quando não são ostensivamente negadas. Histórias – essas páginas dadas ao registro dos nossos feitos?... Não: cavaliçadas... Um legítimo historiador teria de varrer tudo isso, expurgando, assim, os vícios e defeitos nacionais apontados, cotejando-os com a realidade, para, desassombradamente, limpar o passado nacional, e deixá-lo nos valores demonstrados pelos fatos”.³⁵

É justamente nessa convicção de história que Bomfim se baseou para analisar as teorias raciais, cuja existência se dava apenas com o intuito de justificar a preponderância de certas nações sobre outras. Divergiu também quanto à influência a

³²BOMFIM, Manoel. **O Brasil na nação**: realidade da soberania brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 538.

³³ Id., **O Brasil na história**: deturpação das tradições: degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 128.

³⁴ Ibid., p. 41-2.

³⁵ Ibid., p. 109.

das populações indígenas na formação da população brasileira, para ele positiva, em contraponto com a visão pessimista de Cunha.³⁶

Apesar do grande destaque dado ao índio nessa obra, Bomfim destaca no inciso 43, denominado *O Negro* no capítulo 05-*O cruzamento, na formação da população brasileira* uma atenção especial para a influência dos africanos e seus descendentes na formação nacional brasileira.

Não se póde caracterisar a formação do Brazil, sem referencias especiaes aos negros que, escravos, trabalharam e produziram, incorporando-se, finalmente, na massa da população. Houve um largo cruzamento delles com brancos e cablocos, para todos esses patentes misturados que ahi estão. A esse proposito, ha trez verdades a accentuar: como effeitos biologicos, o cruzamento com os negros é analogo ao do Indio; quanto ao influxo no Negro, ainda o caso do Brazil é unico por toda a America; no entanto, o Negro tener muito menor influencia na formação primeira do Brazil do que se admite geralmente.³⁷³⁸

Oliveira Vianna também não escapou às críticas. Vianna, através de um viés profundamente étnico,³⁹ se debruçou sobre o processo de evolução que já teria ocorrido no Brasil⁴⁰ e, para tanto, sobre como se deu nossa constituição social.⁴¹ Segundo Bomfim, Vianna não apresentava nada de novo em seus escritos ao afirmar que tais populações não contribuíram significativamente para a formação do povo brasileiro, acusando-o de ser mais um daqueles que meramente repetiam preceitos de Louis Agassiz, Pearson e Geoges Vacher de Lapouge.⁴²

Ao compararmos Manoel Bomfim e os demais autores citados, podemos concluir que em comum, todos dialogam em busca da nacionalidade brasileira. Contudo, Manoel Bomfim é uma peça fundamental nessa gama de intelectuais devido ao fato de sua análise ser muito discrepante a dos seus contemporâneos mais famosos;

³⁶ Id., **O Brazil na américa:** caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 101-75.

³⁷ Ibid., p. 217.

³⁸ Além, deste excerto, destaca-se ainda a longa nota de rodapé de duas páginas na qual Bomfim se utiliza dos estudos do etnólogo americano A. G. Haddon, na época professor de etnologia de Cambridge.

³⁹ OLIVEIRA, Vianna. **Evolução do povo brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1933, p. 12-47.

⁴⁰ Ibid., p. 123.

⁴¹ Id. **Populações meridionais do Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. (v.1), p. 195.

⁴² BOMFIM, op. cit., p. 211.

em especial no que tange a questão racial, onde Bomfim valorizava os caracteres positivos dos negros e das populações indígenas e já efetuava severas críticas ao racismo vigente.

Manoel Bomfim: um rebelde esquecido?

O primeiro registro de um trabalho que abordasse Manoel Bomfim como objeto, ocorreu poucos anos após a sua morte, mais precisamente em 1935, quando Carlos Maul compilou e publicou trechos de vários trabalhos de Bomfim, em um livro chamado *O Brasil*. A justificativa de Maul para tal empreitada era de que a obra de Bomfim era “profundamente brasileira” na qual era possível se vislumbrar “Brasil de amanhã, em face das reformas sociais que se operam no mundo e cuja influência terá de produzir aqui os seus efeitos”.⁴³ Essa obra é muito criticada pelos estudiosos de Manoel Bomfim.⁴⁴

Nos anos que se seguiram, ao que se sabe, seu legado ficou no ostracismo. Décadas depois, o pesquisador Vamireh Chacon ao se debruçar sobre a história das ideias no Brasil, se deparou com o pensamento de Bomfim e, ao constatar o “esquecimento” e o silêncio que pairava sobre o pensamento de Manoel Bomfim indagou “Por que não se fala neste Manoel Bomfim?”.⁴⁵ Esse questionamento influenciou profundamente os autores que escreveram sobre Bomfim posteriormente, tornando-se quando um “lugar comum”, como nos casos de Laércio Souto Maior⁴⁶ e Aluizio Alves Filho⁴⁷.

⁴³ MAUL, Carlos. “Nota Explicativa”. In: **O Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.

⁴⁴ A principal crítica ao livro em si é o fato de não existirem referências bibliográficas nos trechos escolhidos. São apenas fragmentos desorganizados e desconexos, unidos simplesmente pelo bel prazer de seu idealizador. Como resultado, esta publicação causa, por muitas vezes, interpretações dúbias quanto aos escritos de Bomfim e seus significados.

⁴⁵ CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 359.

⁴⁶ SOUTO MAIOR, Laércio. **Introdução do pensamento de Manoel Bomfim: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX**. São Paulo: Amériikka, 1993. Seu livro caracterizou-se mais como uma crítica social e política ao período em que foi escrito do que um trabalho sério sobre Bomfim. Panfletário e servindo apenas para ressaltar reivindicações e posições pessoais do autor, este trabalho fica muito aquém de sua proposta. O livro perde-se totalmente de seu tema que é introduzir o leitor ao pensamento do autor, sendo que Bomfim é pouquíssimo trabalhado e até mesmo citado ao longo de uma obra que o tem como tema. Destacam-se em especial o intervalo entre as páginas 64 e 68 nas quais

Contudo, Alves Filho ressalta um traço importante no pensamento de Manoel Bomfim: a crítica ao racismo: Uma colocação elencada pelo autor se mostra digna de nota:

As idéias racistas que encontram nas obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e outros têm sido aceitas como limitações impostas pelo contexto. Embaraçante seria explicar por que Manoel Bomfim e Amílcar Bomilcar – entre outros – não tiveram estas imitações.⁴⁸

Quase uma década depois, tentando compensar a falta de edições dos escritos de Bomfim, Flora Süssekind e Roberto Ventura publicaram a compilação mais conhecida da sobre este autor em 1984.⁴⁹ Aos autores coube apenas o ensaio inicial que introduz o leitor a obra⁵⁰ que se constitui de um compilado de trechos das principais obras teóricas de Manoel Bomfim e algumas diminutas notas introdutórias em cada capítulo. Ambos os pesquisadores buscavam desvendar quais os motivos estariam por trás do esquecimento de Manoel Bomfim, uma ideia que ficou muito presentes nos estudos acerca do mesmo. Elaboram a tese de que este teria sido responsável por um contradiscurso, ainda muito vinculado à biologia, que não teria possibilitado à Bomfim, romper de vez com o discurso dominante. Além disso, não haveria uma clareza em suas ideias, e por isso mesmo seu pensamento teria passado despercebido por seus contemporâneos.⁵¹

Assim, a maneira como Bomfim expressava suas ideias torna difícil a sua compreensão

o Souto Maior descreve o Brasil da época através de dados e comentários sem nenhuma correlação com o objeto proposto.

⁴⁷ ALVES FILHO, Aluizio. **Manoel Bomfim**: um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. É nítida a intenção do autor de criticar a ditadura militar vigente no período. Para tanto ele dispõe sua obra em capítulos cujos nomes são retirados da obra Bomfim, sendo todos escritos normalmente no início dos capítulos e em letras maiúsculas e em negrito ao longo do texto, no intuito de chamar a atenção do leitor e fazer com que ele reflita o motivo mesmo de tal destaque. Ver páginas 15 e 35.

⁴⁸ ALVES FILHO, op. cit., p. 61.

⁴⁹ SUSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1984.

⁵⁰ Ibid., **Uma teoria biológica da mais-valia?**, p. 32-56.

⁵¹ Ibid., p.14-5

A nebulosidade do objeto e da linguagem tornam nebulosa a própria recepção do texto. Sua ruptura torna-se estranheza. A tentativa de definição, ambigüidade. A opacidade que o objeto e a investigação oferecem a Bomfim, transfere-se ao leitor na leitura de seu texto. O que explica a ambíguas e indefinida posição que lhe coube na história intelectual brasileira.⁵²

Paradoxalmente, essa maneira de se interpretar a sociedade brasileira teria permitido a Bomfim romper com os determinismos tão em voga na transição do XIX para o XX sem, no entanto, permitir ao mesmo ir além, o que também teria contribuído para o futuro esquecimento de Bomfim no rol dos grandes interpretes do Brasil.

Outro ponto importante da obra de Süsskind e Ventura é o paralelo traçado entre Bomfim e Gilberto Freyre, sendo que aquele teria sido um precursor das ideias deste, havendo uma aproximação entre suas ideias no que tange a compreensão social destes autores.⁵³ Parte dessa aproximação está na visão de Bomfim quanto a afetividade dos escravos para com os seus senhores.⁵⁴

O próprio Gilberto Freyre chegou a comentar o pensamento de Manoel Bomfim. Comparou-o ao argentino Carlos Octavio Bunge, autor de *Nuestra América* (1903), pois ambos “investem com um furor de panfletários desvairados contra a Espanha e Portugal, considerando os dois povos peninsulares responsáveis pelos males sociais dos países latino-americanos”.⁵⁵ Bomfim seria para Freyre um pensador cujas análises são guiadas por sua “indiofilia”, sendo caracterizado como um “indianófilo até a raiz dos cabelos”.⁵⁶ São rechaçadas também as afirmações do autor de *A América Latina* quanto às frequentes relações sexuais entre sinhás-moças e “molecotes” nas casas-grandes, para Freyre, afirmações artificiais, ou pelo menos exageradas.⁵⁷ Segundo Freyre, Bomfim é generalista, ponto de vista comum a seus críticos, em especial devido a seu modelo analítico, baseado na relação parasita/parasitado.⁵⁸ Não existe nenhuma referência a Bomfim na obra *Sobrados e Mucambos* que se dedica aos séculos XIX e XX, justamente o período nos quais este produziu suas obras.

⁵² Ibid., p. 56

⁵³ Ibid., p. 54

⁵⁴ BOMFIM, op. cit., p. 220.

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. **Sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. t. 2 p.259.

⁵⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2010, p. 164.

⁵⁷ Ibid., p. 422.

⁵⁸ Este modelo apareceu pela primeira vez no livro *A América Latina-males de origem* e esteve presente em toda a sua obra. Para Manoel Bomfim, grande parte dos problemas dos países latinos foi causada pelo modo como estes foram colonizados. O racismo científico, nosso tema de estudo, era para o autor apenas a justificativa para que houvesse a colonização, respaldando-a.

Curiosamente, passou despercebido ao criador da democracia racial a crítica de Bomfim ao racismo, fato ainda mais surpreendente devido ao fato de Freyre conhecer e citar as obras de Bomfim.

Já o brasilianista Thomas Skidmore compara Bomfim a Alberto Torres nas poucas páginas reservadas a ele. Ambos os intelectuais são considerados “dissidentes” do período, “espíritos isolados”, “avançados e independentes” ao ponto de poderem cindir com as ideias em circulação:

Ambos estavam à frente do seu tempo ao rejeitar as doutrinas das diferenças inatas entre as raças. Concordavam ambos em que o Brasil só poderia escapar ao seu relativo atraso por uma análise cuidadosa das causas históricas dessa condução.⁵⁹

É curioso notar que não é feita uma crítica mais dura por parte do brasilianista aos precursores do racismo científico, ficando a cargo de uma milagrosa “fuga do seu tempo” por parte de Bomfim e também de Torres para explicar suas convicções. Esse escape temporal, corroborado por Darcy Ribeiro⁶⁰ e Dante Moreira Leite,⁶¹ na verdade se apresentou como um grande problema já que esses autores não se debruçaram fortemente sobre a crítica de Bomfim à cientificidade da época, que questionava as próprias bases do saber supostamente científico utilizada pelos defensores do racismo científico. Em Skidmore, é interessante notar que, por mais divergente que fosse o pensamento de Bomfim não lhe é nem ao menos sugerido um caráter de inovação analítica, ainda que suas análises fossem respaldadas no que havia de mais avançado em termos de estudos sociais naquela época:

Citava também outros cientistas (Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages) em apoio da sua tese de que os mestiços não são menos inteligentes que os membros das raças individuais que os produziram. Curiosamente, Manuel Bonfim (sic) utilizava as mais recentes tendências da antropologia na refutação do racismo “científico”, coisa que poucos líderes do pensamento europeu e norte-americano se tinham abalanzado a fazer.⁶²

⁵⁹ SKIDMORE, op. cit., p. 130-1.

⁶⁰ RIBEIRO, Darcy. “Manoel Bomfim, antropólogo” In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

⁶¹ LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969, p. 252.

⁶² LEITE, op. cit., p.133.

O pensamento de Manoel Bomfim vem sendo revisitado nos últimos anos, em especial a partir do lançamento de sua biografia, escrita por Ronaldo Conde Aguiar.⁶³ É exatamente esse o grande mérito desta obra, apesar de alguns deslizes do autor.⁶⁴ Ao narrar a trajetória de Bomfim, Aguiar o colocou novamente na mira de estudos das ciências humanas sobre esta personagem inquietante. Destaca-se aqui o livro *Manoel Bomfim e a América Latina: dialética entre o passado e o presente*,⁶⁵ compilado de artigos busca um panorama muito mais amplo da obra de Bomfim através da interdisciplinaridade, tendo autores das mais diversas áreas contextualizando os escritos de Bomfim em diversos âmbitos. Outro ponto a ser ressaltado é interesse recente de estudos sobre Manoel Bomfim em programas de pós-graduação, como nos trabalhos de Isabel Aguiar⁶⁶ e Wilmihara dos Santos⁶⁷ abordaram este autor, nas áreas de letras e antropologia, respectivamente. Ambas se focaram, predominantemente, nos embates entre Silvio Romero e Manoel Bomfim em torno do livro *A América Latina – males de origem*, e ainda o trabalho Marina Rodrigues Tonon, há alguns anos.⁶⁸

⁶³ AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

⁶⁴ A tentativa de Aguiar em resgatar o legado e a imagem de Manoel Bomfim se baseou em uma “mitificação deste, não só nesta obra. A fim de explicitar melhor a ideia de “mitificação” de Bomfim pelo autor de sua biografia, cabe aqui um pequeno adendo. Pode-se encontrar na internet a transcrição da fala de Aguiar em um colóquio sobre Manoel Bomfim onde o escritor afirma que este teceu “[...] uma profunda crítica ao conservadorismo. Crítica, aliás, (sic) que mostra que Bomfim foi o primeiro crítico do governo Lula. Prestem atenção. Ele foi o primeiro a criticar o governo Lula. Prestem atenção.”. Contudo, o ex-presidente do Brasil Luiz Inácio (Lula) nasceu em 1945, 13 anos após a morte de Bomfim, enquanto seu governo ocorreu já no século XXI, compreendendo o período entre os anos de 2003 e 2011, sendo completamente inviável qualquer afirmação deste tipo. Um anacronismo dos mais grosseiros. O trecho citado está localizado na página 05 dos anais do evento e pode ser conferido através do link http://www.achegas.net/numero/31/col_ronaldo_31.pdf. Acesso em 13/07/2016.

⁶⁵ BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio; CRUZ, José Vieira da (Org). **Manoel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e o presente**. Aracaju: Diário Oficial, 2010.

⁶⁶ AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. **Disputa intelectual ou impertinência de um polemista: uma análise comparatista entre As Américas de Sílvio Romero e Manoel Bomfim**. 2009. 118f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

⁶⁷ SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. **Povo e raça na formação da nação: um debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

⁶⁸ TONON, Marina Rodrigues. **Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**. 2014. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/113811/000804473.pdf?sequence=1>. Acesso em 13/07/2016.

Destacam-se ainda os trabalhos de Rebecca Gontijo,⁶⁹ maior especialista em Manoel Bomfim no âmbito da história e Ricardo Bechelli.⁷⁰ Este último, constrói seu estudo através de um viés mais político, calcado na crítica às elites peruanas e brasileiras e na maneira como elas conduziam seus respectivos países e, em especial, como explicavam a tardia modernização de seus respectivos países, justificada pela inferioridade de sua população. Para ele, as elites “buscavam negar a participação da população negra, mestiça e indígena na formação de seus países”.⁷¹ Tal afirmação não nos parece se adequar ao caso específico brasileiro. Nossas elites não negavam a influência desses grupos na formação do povo brasileiro. Faziam justamente o contrário: ressaltavam a importância dos negros e índios para a nação brasileira, no entanto, relegavam a elas os caracteres negativos de nosso povo e justificavam assim nosso atraso frente aos países desenvolvidos e, por vezes alguns poucos pontos positivos, o que validaria a imparcialidade de suas convicções.

Já Gontijo elenca e comenta muitos trabalhos que se detiveram sobre Bomfim no capítulo inicial de sua dissertação de mestrado. Com um olhar profundamente histórico, delimita a produção sobre o autor no próprio período histórico em que as obras foram produzidas.⁷² Seu trabalho discorre com profundidade sobre as abordagens sobre Manoel Bomfim, sintetizando a repercussão e as diferentes leituras sobre o autor em diferentes momentos da nossa história.

Portanto, Manoel Bomfim não foi necessariamente esquecido. Em alguns momentos foi menos trabalhado, uma vez que outros trabalhos respondiam melhor as demandas da sociedade do período, como nos anos de 1930 quando Bomfim publicou suas últimas obras e pouco tempo depois Gilberto Freyre publicaria *Casa-grande e senzala* (1933), um enorme sucesso. A grande quantidade de trabalhos mais recentes sobre este autor demonstra justamente o contrário: Manoel Bomfim vem sendo constantemente revisitado e ainda existe muito a se dizer sobre ele e outros tantos autores do período relegados a um patamar inferior.

⁶⁹ GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868 – 1932) e O Brasil na História**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

⁷⁰ BECHELLI, Ricardo Siqueira. **Nacionalismos antirracistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzáles Prada**. 2002. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

⁷¹ Ibid., op. cit., p.147.

⁷² GONTIJO, op. cit. P 18-84.

Conclusão

Assim, na virada do século XIX para o XX, por mais que houvesse divergências e semelhanças entre os membros das diferentes elites nacionais, os mesmos trabalharam de alguma forma a questão racial, sendo que a análise a cada autor se caracterizou de maneira bastante distinta. A questão máxima a ser tratada no período após a abolição da escravidão era: como seria constituído o povo brasileiro? Buscando averiguar os rumos da nova nação que surgia, essa pergunta perturbou os intelectuais nacionais por estar atrelada ao futuro do país, comandado por essas mesmas elites, responsáveis por seu possível sucesso ou fracasso.⁷³ Podemos perceber uma busca pelo estabelecimento de uma nova identidade nacional para as elites brasileiras, em um período de transição política conturbado. Inspirados pelas ideias europeias, os intelectuais brasileiros tiveram que lidar com o difícil dilema de adaptar o pensamento estrangeiro, estabelecido através de bases completamente diferentes à realidade brasileira.

Nossas elites se viam como responsáveis por conduzir o país rumo ao progresso da nação. Na busca por uma identidade republicana, nossos intelectuais tentaram romper com nosso passado, tanto político quanto sócio-cultural. A Monarquia ficaria para trás, com sua literatura e o pensamento romântico estariam ultrapassados, a econômica estanke estava em descompasso com o progresso, etc. Ou seja, as instituições “cauéticas” e “atrasadas” de outrora davam passagem ao progresso republicano e uma nova nação moderna surgia.

A meta desses pensadores, provindos de diversos âmbitos, em especial do direto, da medicina e da literatura, era colocar o Brasil no rumo dos países desenvolvidos, guiando-se pelos parâmetros da época, ainda que por muitas vezes tal

⁷³ Dois autores renomados trabalharam sobre a intelectualidade neste período histórico: Nicolau Sevcenko e Roberto Ventura. Ambos nos dão as bases para se compreender as disputas intelectuais que ocorriam na virada do século XIX para o XX. As obras comparam os trabalhos e a repercussão do trabalho de vários intelectuais, estabelecendo contrapontos entre autores de maior e menor repercussão no período. Ventura analisa a figura do próprio Bomfim que, para ele, se destaca justamente no que se refere a questão racial ao lado de outros nomes como Manuel Querino (1851-1923), Araripe Júnior (1848-1911) e Tobias Barreto (1839-1889) outros autores que já haviam questionado fortemente as concepções racistas utilizadas por diversos intelectuais brasileiros. Ver SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014, e VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

tarefa parecesse paradoxal. Estes agentes do pensamento nacional enxergavam no desenvolvimento histórico a chave para a explicação dos rumos que o futuro guardaria para o Brasil. Tendo a história como mestra da vida, acreditavam que o desenvolvimento das sociedades se daria de uma forma linear, lenta e gradual, onde as atividades físicas, psíquicas, morais e intelectuais dos homens se aperfeiçoariam rumo à direção do modelo civilizado, tido como perfeito.

Pensar que houvera uma absorção acrítica da intelectualidade na transição do século XIX para o XIX seria subestimar nossa intelectualidade enquanto pensadores. A ideia de uma identidade nacional provinda de uma mistura étnica se fez fortemente presente durante esse período, após a instauração da república, ainda que já existisse em meados do século XIX, sendo ainda posteriormente reapropriada de diversas maneiras.

Tendo-se em conta a importância que a questão racial adquiriu no momento em que esta entrou para o campo dos assuntos nacionais, a crítica de Bomfim se mostra extremamente pertinente. Através desse autor, fica evidente que não havia consenso quanto à inferioridade inata entre os diferentes grupos étnicos. Ao lado de outros pensadores como Tobias Barreto (1839-1889), Araripe Júnior (1848-1911), Manuel Querino (1851-1923) e Lima Barreto (1881-1922) que se contrapunham ao racismo de grandes interpretes como Euclides da Cunha (1866-1909), Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906) e afins. Dito isso, cairia por terra o suposto anacronismo em se falar sobre o racismo no período. Os primeiros faziam parte de um “subgrupo” de intelectuais que, ao menos tempos, foram importantes e obtiveram voz e impacto ao explanarem as suas ideias.

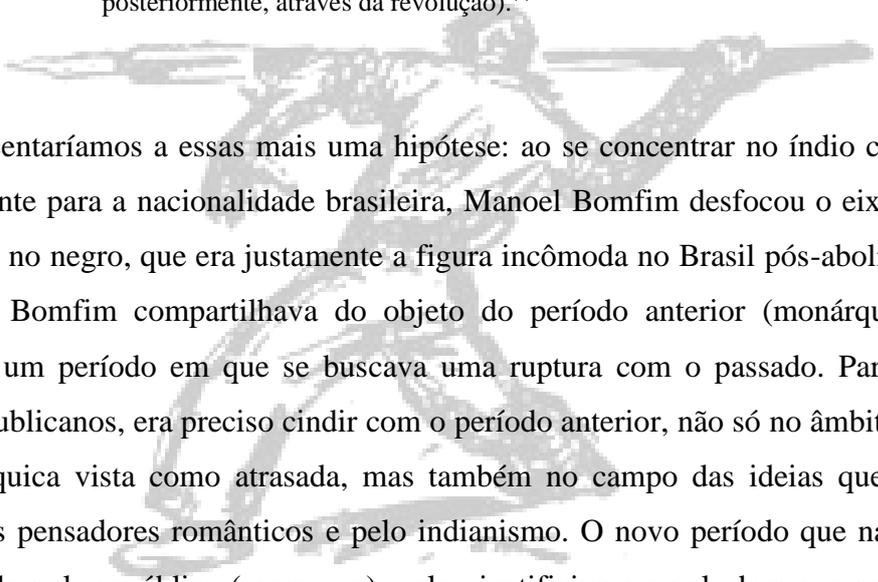
Diversos trabalhos atuais demonstram a importância de situarmos a produção intelectual dos autores da virada do século passado devidamente no seu período histórico. Esta tarefa vem sendo realizada de maneiras diferentes e possibilitaram uma melhor compreensão tanto da obra e do legado desses autores quanto o período histórico em questão. Basta notarmos o recente interesse dos pesquisadores, em especial dos historiadores, a autores “menos badalados” do período.

Revisitar esses autores traz à luz muitos pontos de vista inovadores para a época em que foram elaborados, ainda que possam apresentar problemas, como ocorreu com Manoel Bomfim. Segundo ele, as elites brasileiras se baseavam em concepções “pseudocientíficas europeias”, em especial quando abordavam a questão racial, o que tornavam seus pareceres acríticos, racistas e bacharelescos. Ainda que pertinente essa

crítica aparenta não ter repercutido fortemente entre seus pares, com exceção do embate com Silvio Romero.

Quanto aos motivos que relegaram Bomfim a essa omissão já apresentados por alguns estudiosos, destacam-se: a não aceitação de Bomfim das regras e comportamentos do meio intelectual do período; sua recusa em ser indicado à Academia Brasileira de Letras; sua rotulação como lusófono; seu tipo de escrita tida como “rude” e as divergências políticas tanto com grupos de direita quanto de esquerda quanto à manutenção da sua memória. Rebeca Gontijo sintetiza muito bem esses motivos:

Destravamento interpretativo preso a uma linguagem ultrapassada, incapaz de romper definitivamente com o paradigma científico dominante, porém, permitindo a Bomfim supor – devido ao uso metafórico do conceito de parasitismo – a reversibilidade do processo parasitário, abrindo espaço para a possibilidade de mudança histórica (a princípio, através da educação, posteriormente, através da revolução).⁷⁴



Acrescentaríamos a essas mais uma hipótese: ao se concentrar no índio como fator determinante para a nacionalidade brasileira, Manoel Bomfim desfocou o eixo de análise baseado no negro, que era justamente a figura incômoda no Brasil pós-abolição. Ao fazer isso, Bomfim compartilhava do objeto do período anterior (monárquico) justamente em um período em que se buscava uma ruptura com o passado. Para os intelectuais republicanos, era preciso cindir com o período anterior, não só no âmbito da política monárquica vista como atrasada, mas também no campo das ideias que era dominado pelos pensadores românticos e pelo indianismo. O novo período que nascia era caracterizado pela república (progresso), pelo cientificismo e pelo branqueamento (valorização da colonização branca e da imigração). Ou seja, Bomfim, ao criticar a colonização portuguesa que lhe rendeu o rótulo de lusófono, criticou justamente a principal fonte dos caracteres psicológicos e genéticos benéficos que constituiriam gerações do povo brasileiro, desde seus primórdios e principal responsável pela afirmação de um futuro promissor para essa nova nação que emergia.

Uma das grandes contribuições de Manoel Bomfim foi sem dúvida sua feroz e ácida crítica às ideias racistas do período. Para tanto Bomfim chegou a forma de se conceber o que era ciência no período, dando de frente com os diversos grupos de intelectuais que existiam. Advogou contra o que chamou de “falsa ciência” justificando

⁷⁴ GONTIJO, op. cit., p. 23.

que nossas elites simplesmente desprezavam o local de criação a ideias que circulavam nos meios acadêmicos. Provindas do exterior, de países que possuíam interesses próprios e contrários aos nossos e com uma realidade destoante, tais pareceres para Bomfim simplesmente deveriam ser desprezados. Assim o pensamento de Manoel Bomfim é muito interessante para as ciências humanas no geral, uma vez que este criticou duramente a maneira como a *intelligentsia* brasileira tratou a questão étnica, para ele, de forma racista e elitista. E, inerente a esse questionamento, encontra-se a própria refutação das supostas bases científicas utilizadas pelos doutores nacionais e indagações quanto aos locais de origem e difusão de tais pressupostos, em especial de seu uso nesses dois âmbitos.

Bomfim não percebeu que, enquanto alguns intelectuais realmente eram acrílicos em seus pareceres, a grande maioria selecionou as ideias que mais lhes convinham. Enquanto alguns refutaram as críticas a essa seleção, como Silvio Romero, outros simplesmente as ignoraram, sábia maneira de não as validarem. Esse fato ocorreu, em especial com as teorias raciais. Havia uma necessidade de nossos intelectuais em lidar com o grande número de negros no Brasil, buscando uma nação nova, nos moldes das europeias desenvolvidas, ou seja, de nações brancas. Manoel Bomfim também não percebeu que ao deslocar do negro para o índio a problema da formação do povo brasileiro, suas ideias se aproximavam mais do romantismo que via nos nativos os principais grupos da constituição nacional, por serem os primeiros.⁷⁵ Ao fazer isso em um período que prezava pela ciência, sua crítica seria facilmente desprezada, ainda mais se acrescentarmos que Bomfim não presava pelo distanciamento pesquisador/objeto, ideia muito forte para os republicanos de então.

Se houve erros, os mesmos não deslegitimam o legado de Manoel Bomfim. Este pensador, referência em diversas áreas do conhecimento, possui o mérito de ser uma das vozes destoantes do período, ao defender negros e índios contra o racismo que vigorava e, ao mesmo tempo, questionar as bases científicas utilizadas para tais fins. Dito isso, se observarmos o interesse que Manoel Bomfim tem despertado, muito provavelmente não haverá mais um silêncio sobre esse autor. Se é que um dia realmente existiu.

⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.